ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Os dias e as semanas internacionais servem de ocasião para alertar para questões problemáticas, mobilizar a vontade política, sensibilizar as populações e celebrar e reforçar as grandes conquistas da humanidade.

Assim, no dia em que se comemora o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, assinala-se também o dia dos Direitos Humanos.

Os princípios presentes no documento original foram adaptados, incluídos e consagrados nas constituições, tratados e leis de países de todo o mundo, oferecendo proteção, garantindo liberdades fundamentais e direitos humanos a milhões de pessoas.

A Declaração Universal alargou de nacional para internacional o enquadramento dos direitos fundamentais e tornou possível que cada pessoa pudesse ver os seus direitos protegidos contra, inclusivamente, o seu próprio Estado.

No entanto, e passados 73 anos, o racismo, a xenofobia e as discriminações associadas continuam a existir em todas as sociedades, em todas as partes do mundo. A discriminação, divisão, falta de confiança, intolerância e ódio prejudicam não apenas as vidas das suas vítimas diretas, mas também a sociedade no seu todo. E com isto, ficamos todas e todos a perder.

O quadro agrava-se quando é tantas vezes o próprio formalismo jurídico e a manipulação política que deturpam os princípios e os chegam a usar como forma de legitimar uma ordem social que exclui e trata de forma desigual, numa violação calada e contínua dos valores que lhes são subjacentes.

Os princípios da igualdade e da não-discriminação são a base dos direitos humanos. No entanto, mulheres, raparigas, povos indígenas, pessoas com ascendência africana, pessoas LGBTQIA+, migrantes e pessoas com incapacidade, entre outras, continuam, em todas as sociedades, incluindo a sociedade açoriana, a ser vítimas de discriminação e a pertencer a camadas mais vulneráveis da população.

I/28/2022 10/01/2022

Os direitos humanos não são uma ideia abstrata e longínqua no tempo e no espaço. São uma luta concreta, que tem de ser feita por todos nós, aqui e agora, pela emancipação crescente destas pessoas em todas as fases das suas vidas familiares, profissionais, afetivas e pessoais.

As sociedades que defendem e promovem os direitos humanos para todos os seus cidadãos são mais resilientes, estão melhor preparadas para crises tão graves quanto as pandemias e os impactos da crise climática. A igualdade e a não-discriminação são a chave da prevenção, enquanto a exclusão e a discriminação, onde se inclui o discurso do ódio contra etnias, classes sociais, géneros e orientações sexuais, são elas próprias, potenciadoras de conflitos e de crise.

A pobreza galopante, as desigualdades transversais e a discriminação estrutural são violações dos direitos humanos e estão entre os maiores desafios do nosso tempo. Abordar estes assuntos de forma efetiva requer participação de todas e todos e um compromisso político renovado.

Os direitos sociais, económicos, culturais e ambientais são centrais para uma economia baseada nos direitos humanos que promova uma maior sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Assim, nos termos regimentais e estatuários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 16 de dezembro de 2021.

O Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Luís Carlos Correia Garcia